

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA MESORREGIÃO NORDESTE RIO-GRANDENSE

Sylvio Antonio Kappes*

Jardel Knecht da Silva**

Patrícia Sorgatto Kuyven***

Resumo: A Economia Solidária é uma forma alternativa de organização econômica, baseada na coletividade e na cooperação. Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são organizações caracterizadas pela propriedade coletiva dos bens e pela divisão igualitária dos excedentes, pela tomada de decisão democrática e pelo cunho econômico de suas atividades. No Brasil, o Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária traz um levantamento dos EES em todo o território nacional. Considerando apenas aqueles cujas atividades coletivas estão ligadas ao trabalho direto dos sócios/as, que são categorizados como de produção ou de prestação de serviços, existem 11.160 empreendimentos em todo o Brasil, sendo que 8,1% deles estão no Rio Grande do Sul. A Mesorregião Nordeste Rio-grandense conta com 84 EES que atendem aos requisitos citados. Esta região está melhor posicionada quando comparada ao restante do país em variáveis como excedentes econômicos e geração de renda para os sócios/as.

Abstract: The Solidarity Economy is an alternative form of economic organization, based in the collectivity and the cooperation. The Solidarity Economic Enterprises (SEE) are organization characterized by the collective ownership and the equal division of the surplus, by the democratic decision making process and the economic activity. In Brazil, the Second National Mapping of Solidarity Economy made a national census of the SEE in all the national territory. Considering only the enterprises whose collective economic activity is the direct work of the associates, which is categorized as production or services provision, there are 11,160 entrepreneurs in all the country, which 8.1% belonging to Rio Grande do Sul. The Mesorregião Nordeste Rio-grandense have 84 SEE that meets the requisites. This region is well positioned when compared to the rest of the country in variables like economic surplus and income generation to the associates.

Palavras-chave: Economia Solidária; Economia Social; Trabalho Associado; Autogestão; Mesorregião Nordeste Rio-Grandense.

1 INTRODUÇÃO

O termo *Economia Solidária* (ES) é utilizado por diversos autores em perspectivas das mais amplas. Segundo Laville e Gaiger (2009), suas diversas acepções circundam o ideal de solidariedade, contrapondo o comportamento individual-utilitarista predominante nas sociedades capitalistas. Segundo esses autores, o termo surgiu na década de 1990, quando houve uma emergência mais acentuada de atividades econômicas baseadas segundo princípios de *cooperação, autonomia e gestão democrática*, assumindo os mais variados formatos, como

* Graduando em Ciências Econômicas (Unisinos) e ex-integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL). Email: sylviokappes@gmail.com

** Graduado em Ciências Econômicas (Unisinos) e ex-integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL). Email: jardel.kne@gmail.com

*** Doutoranda em Ciências Sociais (Unisinos), professora da área de estatística e coordenadora do Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Social na Unisinos. Email: patriciakuyven@gmail.com

cooperativas de produção e comercialização, clubes de troca, sistemas de comércio justo, associações de mulheres, etc. Em comum, todos buscam alcançar algum tipo de ganho, tanto social, quanto econômico, por meio da solidariedade nas atividades cotidianas.

No Brasil, o Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária (Mapeamento) traz um levantamento dos EES em todo o território nacional. O objetivo do presente trabalho é analisar esta base de dados, comparando os empreendimentos da Mesorregião Nordeste Rio-grandense com os do Rio Grande do Sul e do Brasil, nas variáveis específicas de trabalho, renda e gestão econômica, de modo a apontar semelhanças e diferenças.

No intuito de alcançar os objetivos citados acima, o estudo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 lança o olhar sobre as raízes históricas da ES, traçando uma linha de tempo que vai desde os primeiros movimentos associativistas e cooperativos até as noções mais modernas de Empreendimento Econômico Solidário. A exposição e análise dos dados do Mapeamento é feita na seção 3, tendo como método de análise a comparação estatística de indicadores selecionados entre as áreas geográficas delimitadas.

2 BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar de serem pouco conhecidas pelo público amplo, as organizações econômicas solidárias e cooperativas datam do século XIX e possuem expoentes atualmente. Então, convém ressaltar alguns pontos chave da evolução do movimento em questão, o que será feito na primeira subdivisão desta seção. Os EES, que cristalizam os ideais da ES nas rotinas de seu funcionamento, são conceituados na segunda subseção, que expõe, também, algumas das características do trabalho realizado pelos seus sócios/as.

2.1 Raízes Da Economia Cooperativa E Solidária

Ao traçar um perfil histórico da ES e do cooperativismo a nível global, tem-se que as primeiras formas de associativismo de trabalhadores, precedentes dos movimentos atuais de mesma organização, surgiram na Europa do século XIX. A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale*, em 1844, é considerada a primeira iniciativa formal em prol do ideal cooperativo como alternativa à economia de mercado. Podem ser citadas como exemplo, também, as *comunas*, encontradas por todo o mundo, e os *Kibbutzim*, localizados em Israel.

Essas organizações foram instaladas para se contrapor a realidade da Revolução Industrial e tinham como característica a posse comum dos meios de produção e a combinação de recursos mercantis e não-mercantis – ainda comuns e necessárias às iniciativas solidárias recentes. Também, eram pontos característicos as formas de gestão autônomas e democráticas, cujos equivalentes contemporâneos são as assembleias deliberativas, comuns aos empreendimentos de grande porte, e a autogestão direta, encontrada em empreendimentos menores. (GAIGER, 2009a; LAVILLE; GAIGER, 2009).

Sobre o movimento cooperativo do período pós-revolução industrial, Kuyven e Kappes (2013, p. 3) argumentam:

O crescimento da economia capitalista de mercado nessa época reprimiu a perpetuação dessas experiências, que persistiram somente de forma esparsa e sem articulação. A Revolução Industrial, que dominava o cenário econômico europeu, prometia uma sociedade de abundância, o que contribuiu para o arrefecimento do movimento cooperativo. Porém, a exploração dos trabalhadores fez surgir uma nova forma de união por parte daqueles desprovidos de capital: o sindicalismo.

Sendo assim, por meio de greves e manifestações articuladas pelo movimento sindical, os operários conquistaram mais direitos, fato que foi determinante para a ascensão do capitalismo como sistema econômico dominante em detrimento a outros modos de organização econômica.

A primeira metade do século XX foi marcada por um intenso refluxo da ES, pois, o cenário instalado nesse período é de perda de representatividade dos trabalhadores e dominação quase plena da economia de mercado. Porém, após a crise da regulamentação keynesiana, exemplificada pela contração do *Welfare State* europeu, e o apelo mundial à globalização e ao livre-mercado, ao fim da década de 1970, o Estado perde força para intervir na economia e deixa lacunas sociais a serem preenchidas. Assim, surgem as iniciativas batizadas de Nova Economia Social, que se contrapõem aos modelos antigos por não caracterizarem-se por uma reparação do modelo dominante, mas, por constituírem uma nova realidade. Essa nova realidade da ES é baseada no anseio de uma maior qualidade de vida baseada na geração e na partilha de benefícios entre os membros dos empreendimentos solidários. (GAIGER, 2009a).

Instalado o processo supracitado, as iniciativas dessa nova forma de economia foram estudadas no intuito de conceber teoricamente esse formato de célula produtiva. Gaiger (2009c) organiza alguns desses conceitos:

- a) Nas *empresas de economia popular* predominam relações de reciprocidade e cooperação, bem como certo hibridismo entre arranjos formais e informais e entre práticas não-mercantis e aquelas integradas ao mercado; (Nyssens, 1996).
- b) já em *empresas de economia solidária*, desenvolvem-se os diversos tipos de atividade econômica baseados na associação voluntária, na propriedade comum dos meios de produção, na gestão coletiva, no exercício de poder pela comunidade de trabalhadores e no esforço mútuo, em prol de interesses comuns; (Verano, 2001).
- c) por sua vez, as *empresas alternativas* funcionam segundo princípios de preservação dos postos de trabalho, de inserção de pessoas socialmente desfavorecidas, de maior implicação e evolução pessoal dos trabalhadores, de conservação do meio ambiente, de promoção de ações sociais e culturais e de envolvimento nos movimentos coletivos; (Razeto, 1990).
- d) finalmente, as *organizações produtivas da economia social* diferenciam-se ao avocarem a propriedade coletiva dos meios de produção, o primado dos membros trabalhadores sobre o capital, a institucionalização da gestão democrática do processo de acumulação, a eficácia em lograr a satisfação das necessidades, a superação da estrita relação mercantil e as interações calcadas na racionalidade comunicativa. (Carpi, 1997).

Esses diferentes conceitos de arranjos solidários afunilam-se no termo geral Empreendimento Econômico Solidário. Assim, tais organizações são as responsáveis pela ação direta na ES por meio de suas relações de trabalho e suas finalidades. A seguir, na próxima subdivisão, são aprofundados os conhecimentos sobre esse tema.

2.2 Definição e Características Atuais dos Empreendimentos Econômicos Solidários

O conceito de *Empreendimento Econômico Solidário* foi desenvolvido por Luis Razeto, no Chile, ao elaborar suas formulações acerca das formas de economia popular. Tal conceito abrange os diversos tipos de organização econômica, articuladas a partir da associação de trabalhadores, nas quais a cooperação é fundamental para a sua eficiência e viabilidade econômica. Os EES aparecem nas mais variadas atividades econômicas, desde a produção de bens, prestação de serviços e comercialização até os clubes de troca e cooperativas de crédito, organizando-se em formas também diversas, como grupos informais,

associações e cooperativas. No Brasil, quando se fala em formas de organização econômica alternativas, contrapostas ao capitalismo dominante, usa-se esse termo. (Gaiger, 2009c)

Os EES possuem uma racionalidade produtiva distinta, na qual seu eixo de sustentação passa a ser o *solidarismo* ao invés do capital. Sua razão de ser consiste no atendimento das necessidades materiais e não-materiais de seus membros, como o reconhecimento, a inserção social e a autonomia. (Gaiger, 2009c). Além disso, tais empreendimentos são sociedades de pessoas – e não de capitais – que possuem características singulares, como a indivisibilidade das figuras do trabalhador e do proprietário, a gestão democrática e o engajamento em movimentos sociais e redes de articulação. (Gaiger, 2007).

No intuito de conceituar o engajamento dos indivíduos nos EES, Kuyven e Kappes (2013, p. 5), formulam que:

Diante da lógica opressora do capitalismo, que impõe a racionalidade estrita do capital e as relações assalariadas de subordinação e expropriação, os trabalhadores precisaram se unir para obterem a segurança e o reconhecimento necessários às condições mínimas de sobrevivência digna.

Outro aspecto dessa racionalidade específica dos EES refere-se ao conceito de *eficiência*, que, nestes, assume um caráter divergente ao das empresas capitalistas convencionais e está implícito na própria ideia de ES. No âmbito da economia de mercado contemporânea, a eficiência é entendida, na maioria dos casos, apenas como a satisfação de critérios de maximização da relação custo/benefício, uma vez que esta influi decisivamente na lucratividade dos negócios. A eficiência capitalista não considera estritamente as externalidades negativas geradas no processo produtivo, como a geração de resíduos tóxicos, nem as externalidades positivas, como a geração de postos de trabalho. Ela despreza, de forma geral, questões importantes, como o uso de fontes de energia não-poluentes ou o consumo excessivo de recursos não-renováveis, o que pode comprometer de modo significativo a subsistência das gerações futuras. A ES, quando em seu estado puro, adota um critério de eficiência que persegue também objetivos socioculturais e ético-morais, repousados em sua racionalidade específica determinada pela junção de três pontos-chave, já citados: a apropriação coletiva dos meios de produção, a autogestão e o trabalho associado. (Gaiger, 2009b).

No entanto, o enfrentamento dessas duas lógicas opostas em termos de eficiência cria desafios consideráveis à ES. O contexto atual da economia de mercado impõe requisitos cada vez mais exigentes quanto às competências, capacidades de inovação e desempenho competitivo, criando dificuldades tanto às empresas capitalistas quanto às formas alternativas

de produção. (Gaiger, 2007). O desafio da ES é, portanto, o de conjugar duas formas de eficiência: a sua própria, como explicado acima, e a de mercado, fundamental para a continuidade dos EES em termos econômicos, adquirindo assim um caráter de *eficiência sistêmica*. (Gaiger, 2004).

Apesar da necessidade de inclusão no mercado competitivo, muitos dos EES são caracterizados pela informalidade, pois surgem de trabalhadores que buscam o próprio sustento e organizam empreendimentos que absorvem e associam os indivíduos. Essa transição entre a iniciativa individual e a associação de mais membros é caracterizada pelo rompimento do *modelo de resguardo* adotado pelo trabalhador que busca o sustento para uma *lógica empreendedora solidária*, na qual prevalece uma maior organização em busca de um objetivo comum. (GAIGER, 2009a).

Sob o amplo espectro citado que corresponde à ES no Brasil, extirpa-se o foco de análise do presente estudo: as características do trabalho dos sócios/as presentes nos EES mapeados na Mesorregião Nordeste Rio-grandense, doravante MNRG, segundo dados do Mapeamento. A próxima seção expõe alguns indicadores relevantes ao cerne de análise.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA MESORREGIÃO NORDESTE RIO-GRANDENSE

O Mapeamento identificou 19.708 EES em todo o Brasil, dos quais 90,2% estavam em funcionamento, 4% em fase de implantação e 5,8% em reestruturação. As análises desenvolvidas nesta seção serão feitas com o primeiro grupo, desconsiderando os demais, o que reduz o universo de dados a 17.726 EES.

Outro recorte da base é feito a partir da variável *principal atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento*, que se subdivide em seis categorias: a) troca de produtos ou serviço; b) produção; c) comercialização; d) prestação de serviços; e) poupança, crédito ou finanças solidárias; f) consumo e uso coletivo de bens e serviços. O questionário do Mapeamento secciona-se conforme a resposta dada nesta variável. Nesta seção, levaremos em consideração apenas as atividades *b* e *d*, pois as questões subsequentes, referentes à situação de trabalho dos sócios/as, são feitas apenas a esses empreendimentos, ao passo que o mesmo não ocorre com as demais categorias.

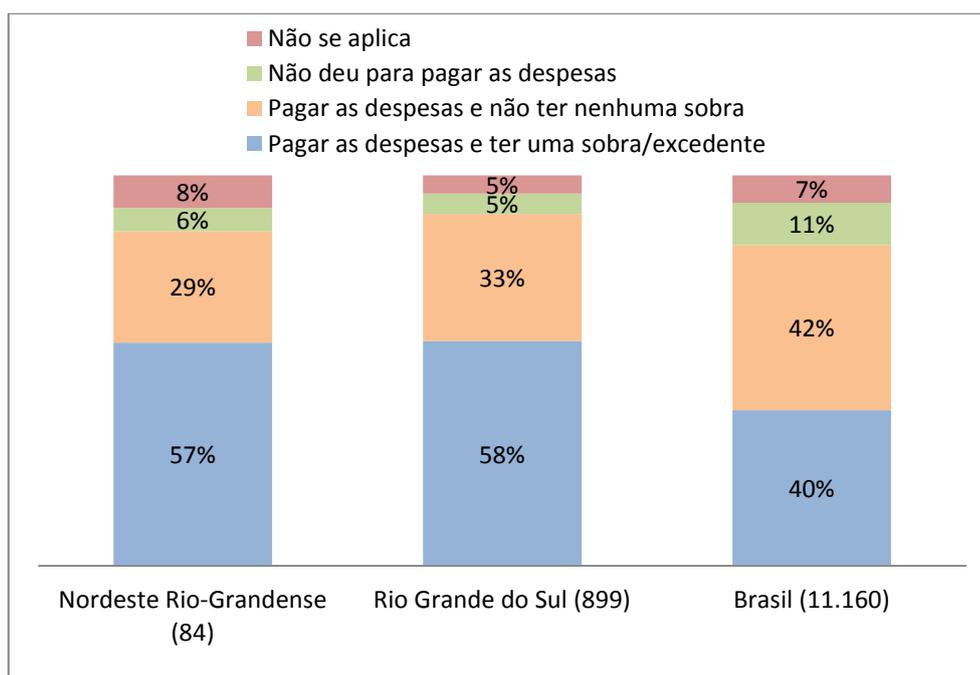
Feitos esses recortes, restam 11.160 EES em todo o Brasil. O Rio Grande do Sul possui 899 EES que se encaixam nos parâmetros de corte, o que representa 8,1% de todo o país. A MNRG, por sua vez, tem 84 EES nas categorias selecionadas, o que representa 9,3% de todo o estado.

Tabela 1 – Sócios/as dos EES

Recorte geográfico	Total de sócios/as	Média de sócios/as	Sócias (%)	Sócios (%)
Nordeste Rio-Grandense	3.336	41	25,1%	74,9%
RS	89.296	100	35,3%	64,7%
Brasil	665.983	60	46,1%	53,9%

A Tabela 1, acima, traz informações sobre os sócios/as dos EES de cada recorte geográfico considerado anteriormente. Uma primeira observação importante é a participação da MNRG no total de sócios/as do Estado, comparado à sua participação em termos do número de EES. Nesta, a mesorregião representa 9,3%, enquanto, naquela, 3,7%. Isso é um indicador do menor porte dos empreendimentos da MNRG, o que é confirmado pela terceira coluna da tabela, que ressalta, também, a menor participação feminina nos EES dessa região. Percebe-se que o Rio Grande do Sul possui EES com mais sócios/as, quando comparado ao Brasil: 100 contra 60, em média. Por fim, uma última análise é quanto ao gênero dos partícipes do EES. Em nível nacional, a distribuição é quase igualitária; no Estado, há uma participação relativa maior dos homens; na MNRG, a tendência estadual é acentuada.

Gráfico 1 – Resultados econômicos dos EES



O gráfico 1, mostrado anteriormente, apresenta os resultados econômicos dos EES obtidos no ano anterior à aplicação do questionário. Em nível nacional, 40% dos empreendimentos mapeados conseguiram pagar suas despesas e ter uma sobra, enquanto 42% conseguiram pagar as despesas, mas não ter excedente. 11% deles sequer pagaram as despesas, e 7% informaram que seus objetivos não são gerar resultados dos tipos enunciados na questão. Já o Rio Grande do Sul e a MNRG possuem saldos melhores no tocante aos resultados econômicos dos EES: 58% e 57%, respectivamente, conseguiram pagar as despesas e ter sobras/excedentes.

Tabela 2 – O EES consegue remunerar os sócios/as?

Área	Não	Sim
Nordeste Rio-Grandense (84)	14%	86%
Rio Grande do Sul (899)	16%	84%
Brasil (11.160)	29%	71%

A tabela 2 traz dados mais específicos à situação dos associados/as, apresentando o percentual de EES que conseguem remunerar seus sócios/as. Percebe-se que a MNRG está em vantagem, quando comparada às demais áreas: 86% de seus EES conseguem remunerar seus sócios/as, enquanto Rio Grande do Sul e Brasil contam com, respectivamente, 84% e 71%.

Tabela 3 – Importância da renda obtida no EES para os sócios/as

	Nordeste Rio- grandense (72)	Rio Grande do Sul (758)	Brasil (7.870)
A fonte principal	57%	42%	49%
Complementação de renda obtida em outro trabalho	26%	51%	41%
Complementação de recursos recebidos por doações ou programas do governo	4%	2%	7%
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	8%	3%	3%
Outro	4%	1%	1%

Visando aprofundar a análise da questão da remuneração aos sócios/as dos EES, a tabela 3, vista acima, expõe a importância da renda gerada pelo trabalho nos empreendimentos à maioria dos associados/as. Esta questão foi feita apenas àqueles EES que

responderam *sim* à questão apresentada na Tabela 2. No quesito renda, 57% dos EES da MNRG oferecem a fonte principal de renda aos seus sócios/as, contra 42% do Rio Grande do Sul e 49% do Brasil. Somando os diferentes tipos de complementação de rendimentos, chega-se a 38% dos empreendimentos da MNRG, 56% do Rio Grande do Sul e 51% do Brasil que geram rendas complementares aos integrantes. Então, os dados demonstram que os EES do Nordeste Rio-grandense são mais importantes para a renda principal de seus sócios/as do que os empreendimentos dos outros recortes geográficos.

A tabela 4 apresenta os principais motivos de criação dos EES. Essa questão era de múltipla escolha, o que impede a soma vertical das porcentagens, visto que, o mesmo empreendimento pode ter elegido mais de uma opção como relevante. O primeiro motivo, *alternativa ao desemprego*, aparece em 54% dos empreendimentos brasileiros. Esse número se reduz ao se analisarem os EES do Estado e da MNRG, ambos com 44%. Outro motivo com dados discrepantes entre as diferentes áreas é o de *fonte complementar de renda*, que aparece em 54% dos EES tanto do país quanto do Estado, e em apenas 39% da MNRG. Isso corrobora com os dados da tabela 3, que mostrou que a complementação de renda aos integrantes é um resultado relativamente menor nos EES da região nordeste do estado.

Tabela 4 – Motivos de criação do EES

	Nordeste Rio- Grandense (84)	Rio Grande do Sul (899)	Brasil (11.160)
Uma alternativa ao desemprego	44%	44%	54%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	44%	49%	43%
Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	39%	54%	54%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as)	36%	34%	44%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	20%	14%	16%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	7%	5%	17%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	20%	21%	19%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	15%	21%	28%

Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	12%	13%	9%
---	-----	-----	----

A tabela 5, a seguir, expõe as principais conquistas dos EES. Na primeira delas, *geração de renda ou obtenção de maiores ganhos*, mais uma vez, a MNRG e o Rio Grande do Sul se destacam ante o país como um todo: 76% e 75%, respectivamente, naqueles, contra 66%, neste. Quanto à *autogestão e exercício da democracia* como sendo uma conquista para o EES, o Rio Grande do Sul fica abaixo das outras duas áreas. Nas quatro conquistas seguintes, a MNRG aparece com resultados mais baixos que o dos demais recortes geográficos, contrabalanceando os saldos positivos obtidos nas duas primeiras *conquistas*. Isso pode indicar que os empreendimentos da regiãoem destaque, apesar de bem geridos, terem bons resultados econômicos e conseguirem gerar renda, acabam por deixar de lado variáveis como a integração do grupo, o comprometimento social dos sócios/as, as conquistas para a comunidade local e a conscientização política dos integrantes.

Tabela 5 – Principais conquistas dos EES

	Nordeste Rio- Grandense (84)	Rio Grande do Sul (899)	Brasil (11.160)
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as)	76%	75%	66%
A autogestão e o exercício da democracia	55%	46%	53%
A integração do grupo/coletivo	60%	69%	69%
O comprometimento social dos(as) sócios(as)	36%	40%	39%
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infra-estrutura, etc.)	15%	20%	33%
A conscientização e compromisso político	13%	21%	18%
Outra	15%	13%	11%

A tabela 6, por fim, apresenta os principais desafios percebidos pelos EES mapeados. O primeiro deles, *viabilizar economicamente o empreendimento*, possui uma alta porcentagem em todas as áreas, embora um pouco menor no Rio Grande do Sul e na MNRG. O segundo desafio, *gerar renda adequada aos sócios(as)*, corrobora os dados da tabela 2, na qual a MNRG consegue remunerar seus sócios/as, e com os dados da tabela 5. Nos demais desafios, as porcentagens para a MNRG são comparativamente menores, o que, mais uma vez, indica a boa gestão desses empreendimentos, uma vez que encontram menos desafios e problemas do que os EES do Brasil.

Tabela 6 – principais desafios dos EES

	Nordeste Rio- Grandense (84)	Rio Grande do Sul (899)	Brasil (11.160)
Viabilizar economicamente o empreendimento	63%	62%	68%
Gerar renda adequada aos(às) sócios(as)	65%	74%	78%
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os(as) sócios(as)	29%	23%	40%
Efetivar a participação e a autogestão	30%	37%	43%
Alcançar a conscientização e a politização dos(as) sócios(as)	24%	23%	31%
Alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as)	29%	29%	36%
Promover a articulação com outros EES	33%	39%	44%
Manter a união do grupo/coletivo	42%	55%	55%

A análise dos dados da presente seção permite concluir que os EES da MNRG estão melhor posicionados quando comparados aos empreendimentos do Rio Grande do Sul e do Brasil. 57% deles conseguiram pagar suas despesas e ainda ter um excedente e 86% deles conseguem remunerar seus sócios/as. Para 57% destes, a renda do EES é a principal para os seus partícipes. Como principal conquista dos EES da região analisada, destaca-se a geração de renda para os integrantes. Em termos totais, os EES da MNRG enfrentam menos desafios candentes, quando comparados aos empreendimentos das outras áreas.

Apesar de animadores, os indicadores supracitados, quando tomados em uma análise comparativa, lançam alguns sinais de alerta. Pouco mais da metade dos EES da MNRG conseguem pagar as despesas e obter um excedente, o que não é um resultado altamente satisfatório. Além disso, 63% dos EES da região citaram a viabilidade econômica como um desafio, o que é um indicativo de baixa sustentabilidade financeira dos empreendimentos e põe a perigo a continuidade dos mesmos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária surgiu como alternativa a um modelo econômico que dissocia a tomada de decisão e a apropriação dos ganhos daqueles que efetivamente realizam o trabalho.

Os EES, no desafio de sobreviverem em meio à economia capitalista mantendo os preceitos da ES, conjugam dois tipos de eficiência: a empreendedora e a solidária.

No Brasil, o Mapeamento levantou dados dos empreendimentos em todo o país. Considerando apenas os EES cuja principal atividade coletiva é a produção ou a prestação de serviços, chega-se à cifra de 11.160 empreendimentos em todo o Brasil, 899 no Rio Grande do Sul e 84 na MNRG. Estes dois últimos recortes geográficos possuem resultados econômicos relativamente melhores que os dados a nível nacional.

Fica, como sugestão de pesquisas, uma análise das demais mesorregiões do Rio Grande do Sul, a fim de se ter um panorama detalhado da realidade da ES no Estado. Além desse, devido a cifra reduzida de EES na MNRG, são relevantes estudos de caso nas iniciativas solidárias mapeadas, a fim de aprofundar os conhecimentos de suas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- CARPRI, J. La economía social en un mundo en transformación. **Revista Ciriec-España**, v. 25, p. 83-115, 1997.
- DEFOURNY, J. Economia Social. In: GAIGER, L. I. G. et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- GAIGER, L. I. G. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, A. D. (Org.). **La otraeconomía**. Buenos Aires: Altamira, 2004. p. 213-220.
- GAIGER, L. I. G. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 2, p. 1-26, mai./ago. 2006.
- GAIGER, L. I. G. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v.79, p. 57-77, 2007.
- GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista crítica de Ciências Sociais**. HESPANHA, P.; NAMORADO, R. (Org.). Coimbra, v. 84, p. 81-99, 2009a.
- GAIGER, L. I. G. Eficiência. In: GAIGER, L. I. G. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009b.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimento Econômico Solidário. In: GAIGER, L. I. G. et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009c.
- KUYVEN, P. S; KAPPES, S. A. Relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. **VIII**

Congresso Rulescoop. São Leopoldo, 2013. Disponível em
<<http://sies.ecosol.org.br/images/rulescoop-kuyven.kappes.pdf>>

LAVILLE, J; GAIGER, L. I. G. Economia solidária. In: GAIGER, L. I. G. et al. (Org.)
Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

NAMORADO, R. Para uma economia solidária – a partir do caso português. **Revista crítica de Ciências Sociais.** HESPANHA, P.; NAMORADO, R. (Org.). Coimbra, v. 84, p. 65-80, 2009.

NYSSSENS, M. Économie populaire au Sud, économies sociale au Nord: dès germes d'économies solidaires? In: SAUVAGE, P. **Réconcilier l'économique et Le social**, Paris: OCDE. 1996.

RAZETO, L. **Las empresas alternativas.** Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad. 1990.

VERANO, L. **Economia Solidária: uma alternativa ao neoliberalismo.** Santa Maria: CESMA. 2001.